

## APRESENTAÇÃO

No âmbito do seu programa de organização de acções de formação de curta duração, sob a denominação genérica de “Workshops APA”, a Associação Profissional de Arqueólogos promove, com o apoio do Museu Nacional de Arqueologia (MNA), uma mesa-redonda dedicada ao tema **Documentação e sistemas de informação de registos arqueológicos**, a realizar nos dias 11 e 12 de Novembro de 2005 no auditório do MNA em Lisboa.

O objectivo fundamental desta iniciativa é dar a conhecer diferentes experiências na organização e na gestão da informação recuperada em diversos domínios do exercício da profissão, contemplando os trabalhos desenvolvidos pela instituição da tutela, ou por outros organismos dependentes da administração central, mas dando também atenção a casos de cariz regional e local, não esquecendo a prática profissional a cargo de empresas privadas de arqueologia ou de unidades de investigação associadas a instituições de ensino superior.

A apresentação de casos concretos pretende ser o ponto de partida para uma discussão sobre metodologias de actuação e sobre a eventual necessidade de normalização de procedimentos ou compatibilização dos diferentes “registos” produzidos pela comunidade arqueológica portuguesa.

Se para os arqueólogos é um lugar-comum afirmar que o registo arqueológico é irrepetível – e muitas vezes é tudo quanto resta de uma realidade do passado sacrificada à construção ou à transformação da paisagem – e que a subsequente elaboração de um discurso histórico a partir desse registo é dele indissociável, é tempo de questionar: “*Que registo deixamos do registo arqueológico?*”. De que forma estamos a documentar os trabalhos que fazemos, como estamos a gerir a informação arqueológica produzida todos os dias de norte a sul do país nos mais variados contextos profissionais?

Esta mesa-redonda pretende assim criar um espaço aberto à discussão destas questões e contribuir para a construção de uma plataforma de entendimento sobre o que deverão ser os padrões de qualidade na documentação e gestão de informação arqueológica que deixamos registada para memória futura.

## PROGRAMA

## Sexta, 11 de Novembro de 2005

- 9h30 *Recepção dos participantes e entrega de documentação*  
9h45 *Abertura dos trabalhos*  
**Sérgio Carneiro** - ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DE ARQUEÓLOGOS
- 10h00 *Sistema de Informação e Gestão Arqueológica – Endovélico e SIG*  
**Filipa Neto, Nuno Caldeira, Ana Sofia Gomes, Filipa Bragança, Susana Martínez e Armando Lucena** - INSTITUTO PORTUGUÊS DE ARQUEOLOGIA
- 10h30 *O sistema de informação geográfica (SIG) aplicado na Arqueologia no Município do Sabugal*  
**Marcos Osório e Telmo Salgado** - CÂMARA MUNICIPAL DO SABUGAL
- 11h00 *Pausa para café*  
11h15 *Fontes documentais da Memória: sua produção e gestão*  
**Margarida Alçada** - DIRECÇÃO GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS
- 11h45 *Debate*  
12h30 *Pausa para almoço*  
14h00 *Registo, gestão e divulgação de dados arqueológicos: o caso do projecto de salvamento e estudo de Bracara Augusta: história, parcerias, análise “SWOT” e prospectiva*  
**Francisco Sande Lemos** - UNIDADE DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DO MINHO
- 14h30 *As Narrativas de um Guarda-Pó: a Gestão de Registos na Era-Arqueologia*  
**Maria João Jacinto** - ERA-ARQUEOLOGIA SA
- 15h00 *Gestão de colecções de arqueologia na UNIARQ: o caso de Santarém e Castro Marim*  
**Ana Margarida Arruda e Catarina Viegas** - UNIARQ, UNIVERSIDADE DE LISBOA
- 15.30 *Pausa para café*  
15.45 *Gestão Arqueológica em Faro: que futuro?*  
**Dália Paulo e Nuno Beja** - MUSEU MUNICIPAL DE FARO
- 16h15 *Debate*

## Sábado, 12 de Novembro de 2005

- 10h00 *Do registo arqueológico ao inventário museológico: a experiência do Museu Nacional de Arqueologia (MNA)*  
**Luís Raposo e Ana Isabel Santos** - MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA
- 10h30 *Da escavação ao Museu: caminhos da informação*  
**Alexandre Ribeiro Matos** - SISTEMAS DO FUTURO LDA
- 11h00 *Pausa para café*  
11h15 *Mesa Redonda: “Que registo deixamos do registo arqueológico?”*  
Moderação: **Maria José de Almeida** - ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DE ARQUEÓLOGOS  
Oradores convidados e representantes do INSTITUTO PORTUGUÊS DE ARQUEOLOGIA, INSTITUTO PORTUGUÊS DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO e INSTITUTO PORTUGUÊS DE MUSEUS (a confirmar)

## Sistema de Informação e Gestão Arqueológica – Endovélico e SIG

Filipa Neto (1), Nuno Caldeira (2), Ana Sofia Gomes (3), Filipa Bragança (4), Susana Martínez (5) e Armando Lucena (6)

INSTITUTO PORTUGUÊS DE ARQUEOLOGIA - DIVISÃO DE INVENTÁRIO

O ENDOVÉLICO, sistema de informação e gestão arqueológica, assume um papel fundamental enquanto instrumento de planeamento e administração da actividade arqueológica em Portugal Continental, mas também de investigação e salvaguarda do património arqueológico. É, provavelmente, a mais completa referência arqueológica do país, reunindo informação científica, técnica, administrativa e bibliográfica.

Em resposta às exigências de manutenção e actualização do sistema, a Divisão de Inventário regista diariamente o expediente do Instituto, e carrega a informação existente no Arquivo Arqueológico Português, herdado do IPPAR. Este trabalho é executado em sintonia com o trabalho das Extensões Territoriais, que para além de também inserirem dados no Endovélico, fornecem importantes informações actualizadas dos sítios arqueológicos.

Dirigido à comunidade arqueológica, mas também à sociedade, o acesso ao ENDOVÉLICO é disponibilizado universalmente, através do site do IPA (<http://www.ipa.min-cultura.pt/>), garantindo-se assim que toda a informação arqueológica e bibliográfica esteja ao dispor de todos.

Uma vez que o ENDOVÉLICO é um sistema em actualização permanente, não é nem será um inventário arqueológico nacional absolutamente completo e actualizado. Mas constitui sem dúvida um instrumento potente e útil, ao serviço de todas as pessoas e entidades envolvidas no registo, na salvaguarda e no estudo do património arqueológico.

O ENDOVÉLICO está associado a um Sistema de Informação Geográfica, que visa conferir uma dimensão espacial, permitindo pesquisas de natureza territorial e localização dos sítios arqueológicos, tarefa de grande utilidade para o planeamento, gestão e investigação arqueológica.

Desde 2000, a Divisão de inventário conjuga esforços no sentido de realizar uma campanha de correcção intensiva das georeferências, encontrando-se actualmente georeferenciados cerca de 11000 sítios, correspondendo a 58% dos sítios registados no sistema. Esta informação, tem vindo a ser disponibilizada, designadamente a investigadores e a entidades com competências ao nível do ordenamento do território e embora não disponível no site do IPA, pode ser solicitada através de um contacto directo com os nossos serviços centrais.

---

(1) [fneto@ipa.min-cultura.pt](mailto:fneto@ipa.min-cultura.pt)

(2) [nuno@ipa.min-cultura.pt](mailto:nuno@ipa.min-cultura.pt)

(3) [agomes@ipa.min-cultura.pt](mailto:agomes@ipa.min-cultura.pt)

(4) [filipab@ipa.min-cultura.pt](mailto:filipab@ipa.min-cultura.pt)

(5) [susana@ipa.min-cultura.pt](mailto:susana@ipa.min-cultura.pt)

(6) [armando@ipa.min-cultura.pt](mailto:armando@ipa.min-cultura.pt)

## O sistema de informação geográfica (SIG) aplicado na Arqueologia no Município do Sabugal

Marcos Osório (1) e Telmo Salgado  
CÂMARA MUNICIPAL DO SABUGAL

O inventário e mapeamento das estações arqueológicas efectuado nos últimos anos pelo Gabinete de Arqueologia do Município do Sabugal, no âmbito da carta arqueológica, sofreu uma nova abordagem metodológica, com a criação do Gabinete Municipal de SIG.

O trabalho desenvolvido por este serviço, na criação e gestão de informação geográfica, proporcionou um novo contributo para o registo e inventariação, bem como para a própria gestão, análise e cruzamento dos dados. Numa primeira fase, procedeu-se à localização e à cartografia dos sítios com recurso a GPS, guardando a sua descrição numa base de dados, sob a forma de fichas individualizadas, possibilitando, numa fase posterior, o confronto dos diversos campos no decurso de estudos e análises geo-arqueológicas.

Pretende-se apresentar uma metodologia de trabalho que mostre como o cruzamento da actividade desenvolvida pelo Gabinete de Arqueologia e o Gabinete de SIG pode ser frutífera, ao nível da gestão e partilha de informação dentro do município e no alargamento do conhecimento proporcionado pelos estudos territoriais.

---

(1) [arkmarcos@hotmail.com](mailto:arkmarcos@hotmail.com)

## Fontes documentais da Memória: sua produção e gestão

Margarida Alçada

DIRECÇÃO GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS

Desde a Antiguidade, o ser humano sente a necessidade de descrever, representar e transmitir o território que o rodeia, quer através da escrita quer por representação gráfica.

Considerando o Património como fonte insubstituível para o conhecimento do passado, o valor informativo e documental que o caracteriza assume um papel preponderante com o desenvolvimento da sociedade da informação.

Os inventários e os métodos tradicionais de produção e registo de informação deixaram de dar resposta.

Necessitamos de uma metodologia sistemática para a produção e gestão de grandes quantidades de informação e da sua representação espacial: um Sistema de Informação para o Património.

## Registo, gestão e divulgação de dados arqueológicos: o caso do projecto de salvamento e estudo de *Bracara Augusta*: história, parcerias, análise “SWOT” e prospectiva

Francisco Sande Lemos (1)

UNIDADE DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DO MINHO

O projecto de salvamento de *Bracara Augusta* principiou em 1976, ou seja vai cumprir 30 de actividade contínua e direcção científica estável, o que garante a latitude temporal suficiente para uma avaliação objectiva dos seus resultados.

Houve no domínio das estratégias e modelos de registo dos trabalhos de campo uma evolução progressiva, o que nos permite desenvolver uma análise comparada.

Por outro lado, desde 1976 estabeleceu-se um destino comum para o arquivo dos materiais, de fotografias e de desenhos, objectivo que foi consagrada na lei orgânica do Museu de D. Diogo de Sousa. Aliás, o projecto assenta numa plataforma que congrega a Unidade de Arqueologia da UM, o Museu, o Gabinete de Arqueologia da Câmara e, episodicamente, tanto o IPPAR como o IPA. A aplicação das novas tecnologias de informação tem facilitado o funcionamento da referida plataforma, com intercâmbio cada vez mais rápido dos dados. Apesar do volume de materiais (dezenas de milhares) e registos (milhares) o acesso aos dados é relativamente simples.

Os resultados científicos mais relevantes são regularmente divulgados em diversas instâncias: projectos europeus; congressos; artigos em revistas portuguesas e estrangeiras. Estão a ser ultimadas as monografias detalhadas de escavações principiadas em 1976. Com base no projecto já se concluíram uma dissertação de doutoramento e várias de mestrado. Os jornais mais lidos na cidade (*Jornal de Notícias*, *Público*, *Correio do Minho* e *Diário do Minho*) noticiam com frequência os trabalhos em curso, o que é reforçado com palestras, visitas guiadas e outras iniciativas.

E, no entanto, o projecto enfrenta numerosos problemas.

Uma análise SWOT, ou seja uma listagem dos pontos fortes, fracos, oportunidades e riscos permite avaliar de forma objectiva as vantagens e debilidades do sistema vigente. O futuro do projecto suscita diversas interrogações. **O exemplo deste projecto, avaliando de maneira muito fria e implacável, sem contemplações, os aspectos negativos e positivos, bem como a sua autonomia e futuro, constitui matéria de estudo para discutir os problemas mais genéricos da produção de conhecimento arqueológico em Portugal.**

---

(1) lemos@uaum.uminho.pt

## As Narrativas de um Guarda-Pó: a Gestão de Registos na Era-Arqueologia

Maria João Jacinto (1)  
ERA-ARQUEOLOGIA SA

Decorrentes da actividade arqueológica são produzidos vários tipos de registos e, em grande parte dos casos, em grande quantidade. A organização e gestão desta multiplicidade de registos é muitas vezes complicada, nomeadamente no que diz respeito à actividade empresarial.

O trabalho em Arqueologia depende destes registos, mas em parte, também deles depende a qualidade e a eficácia do trabalho. É difícil imaginar um trabalho sem fichas, desenhos, fotografias ou relatórios... mas será possível?

Esta comunicação pretende apresentar a perspectiva da Era-Arqueologia, quanto aos problemas e algumas soluções da organização o arquivo produzido nos seus trabalhos, as implicações legais, as facilidades e as dificuldades institucionais.

---

(1) joajacinto@era-arqueologia.pt

## Gestão Arqueológica em Faro: que futuro?

Dália Paulo (1) e Nuno Beja  
MUSEU MUNICIPAL DE FARO

### Considerandos iniciais

A conjuntura actual da arqueologia urbana em Portugal deveria obrigar todos os envolvidos e interessados nesta área específica da arqueologia a uma profunda reflexão, nomeadamente no caminho que nos está a obrigar a percorrer.

O rarear de equipas estáveis que investiguem as cidades de forma permanente, desenvolvendo e aperfeiçoando formas ou sistemas de registo específicos e adaptados a cada realidade concreta, obriga a uma aposta total na arqueologia preventiva como forma de investigação e salvaguarda de vestígios arqueológicos, mas não deve fazer esmorecer a busca incessante de quem faça da cidade o seu objecto de estudo.

Com a aposta na prevenção, tenta-se desenvolver uma prática e respectivos instrumentos de planeamento e gestão, que afirmem, sem concessões, uma política clara de prevenção e defesa do património arqueológico. Se é este o caminho correcto a percorrer não sabemos, ainda agora começámos. Há tudo a fazer no que concerne aos sistemas de registo da informação, mas também no que concerne à divulgação, componente fundamental da arqueologia, justificando-a.

### O caso de Faro

O primeiro instrumento legal de gestão que contemplava o Património Arqueológico foi aprovado em 16 de Dezembro de 2002 o *Regulamento Municipal das Intervenções nos Núcleos Históricos de Faro* (2), com uma secção dedicada às *Zonas Arqueologicamente Sensíveis*. Antes disso em 1998 através do Gabinete de Reabilitação do Património onde um dos signatários trabalhava (DP) foi elaborado dentro do SIG - *Patrimónia XXI* – do Centro Histórico uma parte dedicada ao registo arqueológico. Apresentamos os (in)sucessos destes instrumentos e a sua aplicação prática.

Após a realização de um diagnóstico de situação concluímos que havia necessidade de elaborar outros instrumentos de gestão que visam ampliar a nossa actuação em termos concretos. Foi isso que iniciámos em 2004 com a criação de um *Carta de Sensibilidade Arqueológica* e com a criação de um *Regulamento Municipal de Arqueologia* (actualmente em parecer jurídico), para que possamos trabalhar em sintonia com outros departamentos camarários (obras e urbanismo) e que a Lei 107/01 seja aplicada. Aliar os sítios e os seus espólios/documentação é outra preocupação que com a ajuda de especialistas queremos desenvolver.

No sentido de conhecer o património arqueológico concelhio conseguimos (mais vale tarde do que nunca) avançar com a *Carta Arqueológica do Concelho*, em colaboração com a Universidade do Algarve.

*Alia jacta est*, agora é preciso que o Decreto-Lei nº 270/99 de 15 de Julho seja cumprido no que diz respeito ao artigo 16º sobre o Espólio.

(1) daliapaulo@hotmail.com

(2) *Diário da República*, Apêndice nº 163 – II Série – Nº 290 de 16 de Dezembro de 2002.

## Do registo arqueológico ao inventário museológico: a experiência do Museu Nacional de Arqueologia (MNA)

Luís Raposo (1) e Ana Isabel Santos (2)

MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA

Nos termos da *Lei do Património Cultural Português* e da legislação regulamentar na área da arqueologia, os bens arqueológicos são considerados “património nacional”. Daqui decorre, entre outras consequências, mais implícitas do que explícitas, que todos os objectos móveis recolhidos em escavações e prospecções arqueológicas devem ser preservados. A *Lei-Quadro dos Museus* concretiza ainda mais esta orientação, dispondo que o destino final dos ditos objectos devem ser os museus, preferencialmente aqueles se estejam integrados na Rede Portuguesa de Museus.

Seria talvez possível – e no futuro poderá ser inevitável – discutir a bondade e a razoabilidade do princípio acima citado. Estarão os museus de arqueologia condenados a instituir-se em armazéns gigantescos, conservando em reservas toneladas de restos de sílex paleolíticos ou neolíticos, de telhas romanas, de escórias industriais, etc. etc.? Ou farão melhor em reenterrá-los? Ou poderão aliená-los, com finalidades culturais, educativas ou até comerciais?

Ignoremos, porém, esta questão e aceitemos como indiscutível a opção vigente: tudo o que é arqueológico deve ser guardado em museus. Abre-se então a magna questão de saber como gerir um tal universo esmagador, subdividindo-o nos seguintes subconjuntos:

- (a) peças a serem inventariadas individualmente (utilizando sistemas de inventário museológico detalhados, como o programa MATRIZ, por exemplo), com todos os requisitos que as tornem de facto “peças de museu”, isto é, peças de referência e de mediação, susceptíveis de permitirem discursos de comunicação directa e imediata;
- (b) peças a serem inventariadas individualmente, mas de forma apenas sumária e eventualmente incluídas em séries tipológicas, estratigráficas ou outras (utilizando fichas de inventário manuais ou informatizadas, nas quais cada peça é apenas identificada através de um ou dois atributos, como sejam a designação ou o comprimento maior);
- (c) peças não descritas nem sequer registadas individualmente, convertendo-se “apenas” em fontes documentais da arqueologia, sem grande ou nenhum interesse museológico.

No MNA admitimos possuir em reservas milhões de peças e entre elas não nos parece que possa existir sequer uma centena de milhar susceptível de inventário museológico individual e circunstanciado.

Importa, pois, reflectir sobre os critérios que nos habilitam a distinguir umas das outras.

Esta situação contém uma outra dimensão, que os arqueólogos há muito interiorizaram, mas os museólogos estão ainda longe de assimilar plenamente: o objecto arqueológico raramente consegue sobreviver fora do seu contexto; dito de outra forma, raramente se constitui, por si só, em “peça do museu”.

---

(1) [director@mнарqueologia-ipmuseus.pt](mailto:director@mнарqueologia-ipmuseus.pt)

(2) [investigadores@mнарqueologia-ipmuseus.pt](mailto:investigadores@mнарqueologia-ipmuseus.pt)

A arqueologia distinguiu-se do antiquariato, precisamente quando passou a centrar a sua atenção nos contextos, muito mais do que nos objectos. Ora, é difícil à instituição museológica, guardiã do objecto descontextualizado por excelência, realizar esta assimilação epistemológica entre “objecto” e “contexto”, como requer a arqueologia.

Da constatação de que os objectos arqueológicos, regra geral, apenas valem pelos contextos em que se incluem, não pelo valor artístico, venal ou coleccionista que se lhes possa outorgar, resulta que todo o conceito de inventário museológico deve, em arqueologia, estar adaptado a uma realidade em que, acima da peça, existem outras unidades de sentido tão ou mais importantes do que o próprio objecto individual, as quais importa não apenas salvar como colocar em evidência. No sistema de inventário do MNA chamamos “complexos” a tais unidades de sentido, podendo elas ser o sítio arqueológico no seu todo ou quaisquer subdivisões preferencialmente de significado histórico ou antropológico existentes no seu interior. Este princípio é tão extensivamente aplicado que não estaremos longe da verdade ao afirmar que o verdadeiro centro de gravidade do inventário museológico do MNA é o sítio ou estação arqueológica e não a peça isolada.

Existem, porém, enormes dificuldades na identificação e registo em tempo útil das unidades de sentido acima referidas. Confrontamo-nos aqui, quase em final de linha, com os problemas que resultam do ritmo tradicional do trabalho arqueológico, fortemente agravado nos últimos anos com o crescimento exponencial da arqueologia sob contrato, normalmente ligada a acções de salvaguarda preventiva ou emergência. Cada vez mais os arqueólogos, quando depositam em museus as colecções que escavam, fazem-no sem ter tido oportunidade, ou até desejo, de sobre elas realizar investigação aprofundada, susceptível de atribuir aos objectos elementos de contextualização de real significado histórico ou antropológico. Raramente, de uma determinada gruta pré-histórica, se entregam as colecções organizadas por épocas, culturas ou sequer camadas estratigráficas; ou de uma *villa* romana, se entregam as colecções repartidas pelos sucessivos períodos de ocupação aí existentes; etc. Quase sempre, o arqueólogo, no pressuposto de ser zeloso, “limita-se apenas” a fornecer indicações de contextualização relacionadas com os métodos de escavação que seguiu (sondagens, quadriculagens, unidades estratigráficas, coordenadas cartesianas em sistema de área aberta, etc.) e estes, como sabemos, não passam de meros artificios visando o melhor controlo da informação, mas sem real significado interpretativo. Como se compreende interessa muito mais ao Museu, e à sociedade que ele aqui representa, receber a cerâmica pré-romana ou republicana de um determinado local, assim repartida, distinguindo-a de ocupações ulteriores do mesmo sítio, do que propriamente ficar nas mãos com listas completas de fragmentos encontrados no quadrado Q23, da sanja D, ou na unidade estratigráfica 341 – os quais podem até colar com fragmentos de outros quadrados, sondagens ou unidades.

Por todas estas razões, incentivamos no MNA a que os arqueólogos que estudam colecções antigas do nosso acervo ou nos entregam colecções novas, nos dêem, por ordem de preferência:

- (a) informações contextuais correspondentes a realidades históricas ou antropológicas (por exemplo e sempre separadamente: os conjuntos solutrense e madalenense de um acampamento paleolítico de ar livre; os conjuntos das camadas K, L ou M de uma gruta neolítica; os conjuntos do espaço intra-muralhas e do exterior de um povoado proto-histórico; os conjuntos republicano e paleo-cristão de uma *villa* romana; etc.);
- (b) informações contextuais de integração em unidades de evidente delimitação física, com ou sem significado humano (por exemplo, os conjuntos dos diferentes níveis de terraços de um rio; os conjuntos das diferentes salas dentro de uma gruta; os conjuntos de cada uma das sepulturas dentro de uma necrópole; os conjuntos das termas, da *pars rustica* ou da *pars urbana* de uma *villa* romana, etc.);
- (c) e apenas por último, à falta de melhor, as notações recorrentes do método de escavação seguido. Estas são obviamente preciosas, mas devem, sempre que possível, ter nas fichas de inventário o lugar de elementos adicionais de registo e não de fundamento primordial de inventário. Dito de outra forma: qualquer inventário museológico baseado exclusivamente em notações

de escavação deve ser considerado como precário, destinado a ser substituído logo que alguém (das equipas dos museus ou investigadores externos) possa dedicar tempo bastante ao estudo do local, detectando nele as reais unidades de sentido históricas ou antropológicas que ele possui, de modo a reorganizar em função delas as suas colecções.

Por fim, mas não menos importante, solicitamos aos arqueólogos que tenham estudado colecções antigas ou entreguem para incorporação colecções novas, o exercício pleno das suas obrigações deontológicas e legais, decorrentes estas do disposto no *Regulamento de Trabalhos Arqueológicos*, procedendo a uma avaliação científica e patrimonial do espólio, definindo em cada sítio e cada unidade de sentido os acervos de referência susceptíveis de serem inventariados museologicamente em toda a extensão.

## Da escavação ao Museu: caminhos da informação

Alexandre Ribeiro Matos (1)

SISTEMAS DO FUTURO - MULTIMÉDIA, GESTÃO E ARTE LDA

Os trabalhos arqueológicos serão com certeza a maior fonte de ingresso, quantitativamente falando, de peças nas colecções dos museus portugueses. No entanto, que esforços são feitos no sentido de estabelecer uma interligação entre quem coordena uma escavação e o local onde os resultados desse trabalho serão definitivamente depositados? O que existe em cada uma destas partes que permita uma comunicação séria e clara entre elas e depois da segunda para o público que terá acesso a estes bens culturais? Será que existe algo que permita uma coerência neste processo!? A documentação recolhida na investigação arqueológica é o elemento mais importante para que o(s) museu(s), que têm a missão de guardar, conservar e divulgar estes espólios, possam ser eficientes e sérios no trabalho que lhes é confiado. Incorporar colecções com proveniência em escavações exige uma meticulosa atenção e um rigor sem excepção.

Hoje é preciso haver um esforço para tornar a comunicação e a informação perceptíveis em todos os receptores e por isso devem ser seguidas algumas normas para a correcta gestão das colecções de arqueologia. Estas normas já foram criadas por um comité internacional do International Council of Museums (ICOM) designado International Committee for Documentation (CIDOC), que tem como principal objecto de atenção a documentação, registo, gestão e informatização das colecções. É nestas normas que se deve basear todo o trabalho desenvolvido na documentação e catalogação nos mais diversos museus, sendo que para cada especificidade (tipos de colecção, por exemplo) são criados grupos de trabalho que estudam e analisam as necessidades particulares, no sentido de dar resposta a todas as perguntas colocadas. No caso dos trabalhos de arqueologia foi criado dentro deste organismo o “CIDOC Archaeological Sites Working Group”, em 1992, na conferência de Québec com o objectivo de acrescentar a informação sobre sítios arqueológicos e monumentos ao já definido “International Guidelines for Museum Object Information” que define normas para a documentação das colecções de museus.

Desta forma, os museus, assim como as bibliotecas no passado, têm a grande responsabilidade de utilizar e divulgar estas normas, fazendo com que todas as entidades que com ele se relacionem possam utilizar ferramentas que estejam de acordo com as suas necessidades. Para tal pensamos que estamos em tempo de alargar esta discussão e de tornar claras e gerais as regras a seguir em Portugal.

Com base nestes pressupostos tentaremos delinear algumas práticas a seguir na comunicação entre quem tem a responsabilidade de documentar e registar a informação relativa ao trabalho de campo e aqueles que no museu irão dar continuidade a esse trabalho.

---

(1) alexandre@sistemasfuturo.pt